

Novo Código de Processo Civil pode ser votado ainda este ano

Previsão é de Demostenes Torres, presidente da comissão especial. Ele adverte, no entanto, que a complexidade do CPC pode exigir mais tempo

A Comissão de Reforma do Código de Processo Civil definiu ontem o seu calendário de trabalho, que inclui audiências públicas no Senado e em sete capitais, para colher sugestões de entidades e de operadores do Direito. O relatório final deverá ser votado pela comissão no período de 26 de novembro a 22 de dezembro. **4**



PARTICIPE: faça sugestões para a reforma pelo e-mail novocpc@senado.gov.br



J. Freitas/Senado Federal

Valter Pereira, relator da proposta, e Pedro Simon acompanham exposição do ministro Luiz Fux, que presidiu a comissão de juristas que elaborou o anteprojeto

Antonio Carlos Júnior critica vetos do governo à LDO **3**

Eduardo Suplicy e Alvaro Dias falam sobre ações do BNDES **3**

Marisa Serrano aponta avanços políticos na América do Sul **2**

José Cruz/Senado Federal



CCJ quer ouvir ex-presidente da Previ e corregedor da Receita Federal

Comissão aprovou convite ao ex-presidente da Previ Sérgio Rosa para esclarecer denúncia de que o órgão seria "uma fábrica de dossiês". Já o corregedor-geral da Receita Federal, Antonio Carlos Carvalho, deve ser ouvido sobre quebra de sigilo fiscal de Eduardo Jorge. **3**

Demostenes Torres preside sessão da CCJ ao lado de Kátia Abreu, autora do requerimento para ouvir dirigente de fundo de pensão

Senadora fez um balanço de eventos mais recentes nos quais Colômbia, Venezuela e Equador superaram impasses e assinalou a importância de decisões tomadas pelo Parlasul

Marisa Serrano: América do Sul passa por bom momento

MARISA SERRANO (PSDB-MS) apontou ontem inúmeros exemplos de fortalecimento das relações políticas, econômicas e comerciais entre os países da América do Sul. Ela mencionou em especial os avanços na concretização do Mercosul. O novo presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, optou claramente pela via democrática ao se reunir, na terça-feira, com o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, para arrefecer a crise entre os dois países, afirmou a senadora. O encontro resultou no restabelecimento das relações diplomáticas e comerciais, e Chávez se comprometeu a impedir que a guerrilha se torne endêmica na América do Sul.

– Quando o presidente Lula disse que a questão entre Colômbia e Venezuela era pessoal entre os dois presidentes, isso não era verdade. Porque a guerrilha institucionalizada num país latino-americano fatalmente se espalhará para outros países. Se levamos em conta que temos fronteira com os dois, é natural que também preocupe o Brasil – alertou.

As relações entre Equador e Colômbia também estão entrando em sintonia, comentou a senadora, ressaltando que Manuel Santos convidou o presidente



Senadora Marisa Serrano integra a Representação Brasileira do Parlasul

equatoriano, Rafael Correa, para a solenidade de sua posse (ocorrida no último dia 7) e foi atendido. Uma demonstração de tranquilidade num momento em que é preciso fortalecer a harmonia entre os países latino-americanos, analisou a parlamentar.

Mercosul

Ao comentar a 39ª Reunião do Conselho do Mercosul, ocorrida nos dias 2 e 3 de agosto, em San Juan, na Argentina, a senadora disse que, após mais de seis anos de discussão, foram aprovados a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum, o Código Aduaneiro do Mercosul e a

distribuição da renda aduaneira. Essas medidas entrarão em vigor em 2010, 2014 e 2019.

A senadora destacou ainda a aprovação do Acordo de Livre Comércio do Mercosul com o Egito, segundo acordo desse tipo assinado pelo bloco (o primeiro foi celebrado com Israel). Os próximos deverão ser também com países do Oriente Médio e outros com nações africanas.

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) afirmou ter acompanhado o segundo turno da eleição presidencial na Colômbia e que, como no Brasil, os presidentes passam por período de alta popularidade e apoiam seus candidatos. Eduardo Azeredo (PSDB-MG), por sua vez, disse ser bom para o país que Lula tenha destaque internacional, mas criticou o presidente por apoiar Hugo Chávez em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou o esforço de Marisa Serrano no Mercosul em favor da suspensão da pena de morte da iraniana Sakineh Mohammadi Ashtiani e elogiou Hugo Chávez pelo apelo feito às Farc para estabelecer a paz na Colômbia. João Faustino (PSDB-RN) salientou a importância do Parlasul na consolidação da democracia na América do Sul.

Jayme Campos pede regularização de gleba



Jayme Campos

A regularização fundiária da gleba Suiá-Missú, no assentamento Estrela do Araguaia, norte de Mato Grosso, foi pedida por Jayme Campos (DEM-MT).

Conforme o senador, o governo federal criou uma "situação atípica" ao vender a área a diversos proprietários e deixar que outra parte fosse invadida. Algum tempo depois, a Fundação Nacional do Índio (Funai) apresentou nova documentação reivindicando as propriedades. Segundo ele, a situação é de litígio. Jayme Campos explicou que a aquisição de 185 mil hectares ocorreu em período anterior à chegada da Funai com a reivindicação de área indígena. "O Incra precisa tomar providências sérias. Caso contrário, nós vamos ter conflitos", advertiu.

Para Jorge Yanai, dívida agrícola é insustentável



Jorge Yanai

A dívida dos produtores rurais chegou a um ponto "absolutamente insustentável", disse ontem Jorge Yanai (DEM-MT). Somente em Mato Grosso, ela gira em torno de R\$ 12 bilhões e a inadimplência vem aumentando.

– Em 2009, um terço dos produtores mato-grossenses não conseguiu honrar suas dívidas. Em 2010, espera-se que dois terços vivam essa situação. Já passa de 500 o número de processos de execução contra produtores mato-grossenses inadimplentes, que podem, em alguns casos, perder até suas máquinas. O momento, na opinião do senador, é de pensar em uma solução definitiva.

– Os produtores já estão cansados de simplesmente rolar a dívida – garantiu.

Niura Demarchi critica governo por Lei da Palmada

A senadora Niura Demarchi (PSDB-SC) disse ontem que considera "uma tentativa de intromissão do poder público no cotidiano das famílias" o projeto da Lei da Palmada. O PL 7.672/10 prevê "o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante".

Niura Demarchi disse temer que "o governo termine por ditar a cada cidadão não somente a maneira de educar seus filhos, mas também o que comer, o que vestir, onde estudar, onde passar as férias e até em quem votar".



Para Niura Demarchi, projeto agride a autoridade da família

Cícero Lucena lamenta morte de Josélio Gondim

"Um idealista e empreendedor, que deixou sua marca na comunicação da Paraíba e do Nordeste através das inúmeras publicações que fundou e comandou", disse Cícero Lucena (PSDB-PB), ao lamentar a morte do jornalista Josélio Gondim, apelidado de Leão do Norte.

Segundo o senador, Josélio Gondim atuou no *Diário de São Paulo*, em *O Jornal do Rio de Janeiro* e outros veículos dos Diários Associados, como *O Nor-*



Selma Elias: precariedade dos cursos gera profissionais desqualificados

Selma Elias aponta baixa qualidade de cursos superiores

Selma Elias (PMDB-SC) manifestou ontem preocupação com o que considera um crescimento descontrolado do número de instituições de ensino superior no país. Segundo ela, muitas das novas escolas que estão sendo criadas não oferecem a seus alunos cursos com a qualidade necessária para a formação de bons profissionais.

A precariedade dos cursos dessas instituições seria, na avaliação da senadora, uma das principais causas da existência no país de grande número de médicos, engenheiros e professores desprovidos do conhecimento mínimo necessário para atuarem em suas áreas.



Senador diz que Gondim atuou em importantes veículos do país

te, na Paraíba. Disse que o jornalista fundou as revistas *Tudo*, *O Espelho* e *O Sol*. Acrescentou que *Tudo* rendeu a Josélio uma demanda jurídica com a revista americana *Time*, que alegava "semelhança gráfica e desvio de clientela".

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Discursos parlamentares

14h A sessão plenária é não deliberativa e destina-se a discursos de senadores, comunicados da Mesa e das lideranças.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Acir Gurgacz • Cícero Lucena • Antonio Carlos Júnior

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Prça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Suplicy: recursos do BNDES para grandes grupos já foram maiores

Eduardo Suplicy (PT-SP) contestou afirmações da imprensa sobre suposta prioridade que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) daria a empresas como Petrobras, Eletrobras e grandes construtoras na concessão de empréstimos. De acordo com o senador, que citou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o banco também destinará este ano recursos da ordem de R\$ 30 bilhões para o financiamento de pequenas e médias empresas.

O BNDES tem importância estratégica para o Brasil, enfatizou Suplicy. Ele sugeriu que o presidente da instituição, Luciano Coutinho, seja convidado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a falar sobre a evolução dos empréstimos realizados pelo banco nos últimos anos, os critérios, as exigências definidas e os resultados alcançados.



Eduardo Suplicy

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) disse que 12 grandes empresas concentram "uma fatia enorme" dos financiamentos do BNDES, enquanto pequenas e médias acabam preteridas.

– Há uma concentração muito grande. O BNDES deveria ser um banco buscando as médias e pequenas empresas. As grandes empresas têm acesso ao mercado de capitais, as pequenas e médias empresas não têm tanto acesso. Para elas, o BNDES é a única alternativa de financiamento de longo prazo – disse.

Suplicy argumentou que, embora dados da imprensa mostrem que dez grandes grupos econômicos somaram 23% dos empréstimos do BNDES neste ano, a porcentagem teria sido maior em anos anteriores: 25% em 1996, 29% em 1997 e 32% em 1998, 1999 e 2000.

Alvaro Dias cobra transparência nas operações do banco

O BNDES precisa ter maior transparência nas suas operações, reclamou Alvaro Dias (PSDB-PR), para quem as transações do banco não guardam "relação estreitada" com os interesses nacionais. Como um "Robin Hood às avessas", o banco transfere a grandes empresas, por meio de empréstimos, recursos que muitas vezes são oriundos dos trabalhadores, afirmou.

– Ou se retira o "S" do banco ou se confere a ele orientação que diga respeito à sigla – disse.

Segundo Alvaro Dias, dos R\$ 168 bilhões emprestados de 2008 a junho último pelo BNDES, 57% foram destinados a Petrobras, Eletrobras e a mais

dez grupos privados, entre eles dois frigoríficos, um dos quais utilizará os recursos para aquisição de uma unidade produtiva nos Estados Unidos. O BNDES também vem financiando empreendimentos na Venezuela e no Equador, mencionou.

Alvaro Dias destacou ainda que auditoria do Tribunal de Contas da União aponta irregularidades na transferência pelo BNDES da carteira Finame (financiamento industrial), em 2007. Avaliada em R\$ 650 milhões, a carteira foi adquirida pelo HSBC por R\$ 8,3 milhões, sem licitação. A questão é tratada em duas ações populares que tramitam na Justiça Federal, informou.

Azeredo registra pesar pela morte de economista



Eduardo Azeredo

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) pediu voto de pesar pela morte do economista Dionísio Dias Carneiro,

falecido no final de julho, aos 64 anos. O economista foi professor da Universidade de Brasília, da Fundação Getúlio Vargas e da PUC do Rio de Janeiro.

– Ele nunca foi um otimista inveterado, mas nunca foi pessimista. Sempre buscava mostrar que a economia tem um lado de ciência exata, mas está sujeita a fatores humanos e políticos – afirmou.

Azeredo também cobrou investimentos na infraestrutura, principalmente no interior do país e em transportes.

Cavalcanti aponta cobrança extorsiva de juro por cartões

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) criticou ontem as operadoras de cartão de crédito do país pela "cobrança extorsiva" de juros, que em alguns casos chegariam a 540% ao ano. Ele disse que a taxa atual é "incompreensível", diante da estabilidade econômica do Brasil e da expansão do mercado consumidor às classes C e D.

Como problemas enfrentados pelo consumidor, Roberto Cavalcanti citou a indução ao parcelamento das compras; letras ilegíveis no texto relacionado às taxas cobradas; e dados imprecisos com relação à data de vencimento da fatura do cartão.

Para demonstrar o exagero dos juros cobrados ao consumidor, o senador exibiu da tribuna faturas dos últimos dois meses de todas as operadoras. Em todas elas, afirmou, há "variação do mesmo crime, do mesmo dano, com as taxas variando entre as operadoras em patamares astronômicos."

Ex-presidente e ex-gerente de Planejamento do fundo de previdência do BB são convidados a esclarecer, no próximo dia 31, denúncia publicada pela revista *Veja*



José Cruz/Senado Federal

Para Alvaro Dias (2º à dir., entre Roberto Cavalcanti e Geraldo Mesquita Júnior), é necessário "dar nomes aos aloprados"

"Fábrica de dossiês": CCJ quer ouvir ex-dirigentes da Previ

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) convidou o ex-presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) Sérgio Rosa a esclarecer, em audiência pública no dia 31, denúncia publicada pela revista *Veja* de que o órgão seria "uma fábrica de dossiês" contra opositores ao governo do PT. Também foi convidado a falar aos senadores o ex-gerente de Planejamento do fundo Gerardo Santiago, que teria apresentado as denúncias contra a Previ.

A autora do requerimento de convocação, senadora Kátia

Abreu (DEM-TO), acusou Sérgio Rosa de ter "chefiado uma quadrilha", aproveitando-se do cargo de presidente da Previ – um fundo que movimentava mais de R\$ 140 bilhões, com investimentos nas 90 maiores empresas do país. Segundo a senadora, Sérgio Rosa teria contratado Gerardo Santiago para montar dossiês contra adversários políticos do governo e do PT, "dossiês nojentos e vorazes", como classificou a senadora.

Em apoio a Kátia Abreu, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ser necessário "dar nomes aos aloprados", defendendo

ainda que se "investiguem a fundo" as denúncias.

Kátia Abreu lembrou outros casos de dossiês que teriam sido elaborados durante o governo do presidente Lula.

– Que tranquilidade podem ter os empresários deste país, sabendo que podem ser vítimas de espionagem, de dossiês, de chantagem? – questionou.

A CCJ aprovou ainda requerimento de Pedro Simon (PMDB-RS) determinando o encaminhamento das denúncias ao procurador-geral da República, para que abra investigação paralela ao trabalho da CCJ.

Corregedor da Receita deve explicar quebra de sigilo

O corregedor-geral da Receita Federal, Antonio Carlos Costa d'Ávila Carvalho, deve participar, no dia 31, às 10h, de audiência pública na CCJ para esclarecer denúncias de quebra de sigilo fiscal do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge Caldas Pereira.

A comissão esperava esclarecer o assunto ouvindo ontem a ex-chefe da Delegacia da Receita Federal em Santo André (SP) Antonia Rodrigues dos Santos. Ela não compareceu e informou, por ofício enviado à CCJ, que

só falará sobre a denúncia após conclusão de inquérito administrativo que corre em sigilo na Corregedoria da Receita.

Vídeo

Os senadores também marcaram para o dia 31 o depoimento do técnico em informática Demetrius Sampaio Felinto, acusado de envolvimento em denúncia de destruição de fitas com imagens da ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira, em encontro com a ex-chefe da Casa Civil Dilma Rousseff, no

Palácio do Planalto.

Felinto também era aguardado ontem na CCJ, mas solicitou a remarcação do depoimento alegando problema de agenda. O técnico, conforme matéria da *Veja*, teria imagens do suposto encontro de Lina Vieira com Dilma Rousseff.

Lina afirma ter participado de reunião no gabinete de Dilma, no qual a ex-ministra teria lhe pedido para agilizar auditoria em empresa de Fernando Sarney. Dilma nega que o encontro tenha ocorrido.

Antonio Carlos Júnior pede derrubada de vetos à LDO

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) defendeu ontem a derrubada dos vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011, aprovada pelo Congresso Nacional no mês passado. A lei foi sancionada na terça-feira.

Na avaliação do senador, o governo federal demonstrou, mais uma vez, com os vetos à LDO, "o desprezo que nutre pelas prerrogativas constitucionais do Poder Legislativo e a dificuldade que tem em conviver, em harmonia, com os outros dois poderes da República".

– As nossas prerrogativas estão sendo jogadas no lixo. Agora, nós temos que ter a coragem de vetar e de impor à Presidência do Congresso a colocação desses vetos para serem discutidos e votados – disse Antonio Carlos Júnior.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) manifestou seu apoio ao pronunciamento.



Antonio Carlos Júnior

Belini Meurer elogia orçamento participativo

O senador Belini Meurer (PT-SC) destacou ontem as experiências brasileiras de orçamento participativo, mecanismo que considerou uma das formas de a sociedade exercer diretamente seu poder de decisão nos rumos das obras em suas cidades e estados.

Em Santa Catarina, segundo o parlamentar, o orçamento participativo foi implantado em 1997, a partir de um projeto de lei apresentado pelo ex-deputado estadual Carlito Meress (PT), hoje prefeito de Joinville.

A experiência mais marcante de orçamento participativo, na avaliação do senador, surgiu em Porto Alegre, na gestão do ex-prefeito Olívio Dutra, em 1989.

Belini Meurer disse que o modelo de Porto Alegre teve o reconhecimento da população e, por isso, é considerado uma das razões da permanência do PT no governo da capital gaúcha durante 16 anos.



Belini Meurer

Comissão especial que examina projeto vai promover audiências em várias cidades do país para obter sugestões de instituições e de operadores do Direito

Senado pode votar a reforma do CPC ainda este ano

A COMISSÃO DE Reforma do Código de Processo Civil (CPC) estima que o projeto seja votado pelo Senado até o fim de dezembro. O presidente da comissão, senador Demostenes Torres (DEM-GO), reconheceu, no entanto, que o código é complexo e isso torna difícil cumprir todos os prazos com precisão.

– Também previmos um prazo de seis meses para a aprovação do Código de Processo Penal (CPP) no Senado e lá se vão dois anos de tramitação e a proposta ainda está em Plenário – comparou Demostenes, que também presidiu a comissão de reforma do CPP.

Ontem, o colegiado fixou o período de 26 de novembro a 22 de dezembro para a votação do relatório final. A partir dessa data, caberá ao Plenário estudar e aprovar o novo Código de Processo Civil, que substituirá o atual, já com quase quatro décadas de existência.

Na sua primeira reunião, além de definir o calendário de atividades, o grupo acertou visitas a capitais brasileiras para debater a

nova legislação e marcou audiências com especialistas da área.

– As datas serão ajustadas de acordo com a agenda do relator, dos demais componentes da comissão e dos convidados – informou Demostenes, ao lembrar as metas para o novo CPC: “Prestigiar a celeridade, a conciliação, reduzir custos, simplificar procedimentos e buscar fórmulas para dar soluções jurídicas iguais para casos iguais são os nossos objetivos centrais”.

Prazos

Até o dia 27, os senadores poderão apresentar emendas ao projeto de novo código (PLS 166/10). De 30 de agosto a 26 de outubro, os relatores parciais elaborarão seus pareceres.

Demostenes indicou seis relatores parciais: o vice-presidente da comissão, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), ficará responsável pelo “Processo eletrônico”; a “Parte geral” caberá a Romeu Tuma (PTB-SP); o “Processo de conhecimento” foi delegado a



Demostenes, entre Valter Pereira (A), o relator, e o ministro Luiz Fux, do STJ, preside comissão de reforma do código

Marconi Perillo (PSDB-GO); e os “Procedimentos especiais” estarão com Almeida Lima (PMDB-SE). Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) será responsável pela relatoria parcial da “Execução e o cumprimento de sentença”; e os “Recursos” ficarão a cargo de Acir Gurgacz (PDT-RO).

Entre 27 de outubro e 25 de novembro, o relator do novo CPC, Valter Pereira (PMDB-MS), fará o relatório final.

Segundo Demostenes, a comissão já iniciou uma série de contatos com instituições e a especialistas na área jurídica. O senador informou que já está funcionando o e-mail para oferecimento de sugestões (novocpc@senado.gov.br).

Depois de aprovado pelo Senado, o projeto será submetido ao exame da Câmara.

Próximos passos

A Comissão de Reforma do Código de Processo Civil (CPC) definiu ontem, na primeira reunião, o calendário de atividades

CALENDÁRIO

Até 27/ago.	Apresentação de emendas ao projeto pelos senadores
30/ago. a 26/out.	Elaboração dos relatórios parciais
27/out. a 25/nov.	Elaboração do relatório geral
26/nov. a 22/dez.	Votação do relatório geral na comissão
A partir de 22/dez.	Discussão e votação no Plenário

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

31/ago. e 1º/set.	Senado	13/set.	Rio de Janeiro
2/set.	Fortaleza	14/set.	Belo Horizonte
9/set.	São Paulo	20/set.	Campo Grande
10/set.	Florianópolis	21/set.	Goiânia

RELATORES

Geral	Valter Pereira (PMDB-MS)
Processo eletrônico	Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)
Parte geral	Romeu Tuma (PTB-SP)
Processo de conhecimento	Marconi Perillo (PSDB-GO)
Procedimentos especiais	Almeida Lima (PMDB-SE)
Execução e o cumprimento de sentença	Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)
Recursos	Acir Gurgacz (PDT-RO)

Sugestões para a reforma podem ser enviadas para novocpc@senado.gov.br

Audiências públicas no Senado e em sete capitais

A primeira audiência para discutir o projeto do novo CPC está prevista para 31 de agosto, com os seguintes convidados: o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto; o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso; o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Cesar Asfor Rocha; e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante Junior.

Em 1º de setembro, uma segunda audiência reunirá o advogado-geral da União, Luís Inácio Lucena Adams; o procurador-geral da República, Roberto Gurgel; o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Mozart Valadares; e o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil, Gabriel Wedy.

Também estão agendadas

audiências públicas em setembro, nas cidades de Fortaleza (2), São Paulo (9), Florianópolis (10), Belo Horizonte (14), Rio de Janeiro (13), Campo Grande (20) e Goiânia (21).

Segundo Valter Pereira, o novo CPC ataca muitos males da Justiça, como o formalismo excessivo e a avalanche de recursos que retardam a solução dos conflitos. Ele adiantou que seu relatório não fará grandes alterações no anteprojeto elaborado pela comissão de juristas.

– Não teremos dificuldades em abraçar o projeto-piloto, que já consagra os princípios necessários para garantir um bom serviço judiciário. Faremos apenas pequenos ajustes – anunciou.

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) pediu que o novo código dê

atenção especial ao cumprimento das reintegrações de posse no país, que, segundo ela, não estão ocorrendo em vários estados, como no Pará.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), vice-presidente da comissão, afirmou que se empenhará ao máximo para finalizar o trabalho dentro do prazo, “para dar ao país um instrumento de agilização da Justiça que beneficiará todos os brasileiros”.

Presidente da comissão de juristas que elaborou o projeto do novo CPC, o ministro do STJ Luiz Fux explicou que a criticada morosidade da Justiça não é provocada pelos magistrados, mas por “regras técnicas próprias que somos obrigados a seguir”, muitas das quais serão eliminadas com o novo CPC.

Votação de projeto sobre crimes hediondos será em setembro

O projeto que aumenta, de dois terços para quatro quintos, o período mínimo de cumprimento da pena de prisão para que condenados por crime hediondo tenham direito a livramento condicional volta à pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no dia 1º de setembro.

A informação é do presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), que também é o relator. Apresentado por Hélio Costa (PMDB-MG), o projeto (PLS 249/05) recebeu voto em separado de Eduardo Suplicy (PT-SP) pela rejeição. Já o rela-

tor recomenda a aprovação e acredita que seu parecer será acatado.

Suplicy argumenta que “o projeto procura combater a criminalidade, mas não alcança esse objetivo, pois se volta unicamente à repressão, não levando em conta a necessária reintegração social do apenado”. Em contrapartida, Demostenes considera pertinente a proposta de elevar o tempo de permanência na prisão exigido para que condenados por crime hediondo, prática de tortura, tráfico de drogas e terrorismo possam gozar do livramento condicional.

João Faustino propõe reforma da Constituição

João Faustino (PSDB-RN) propôs ontem a instituição, na próxima legislatura, de uma Assembleia Constituinte Revisora, com o objetivo de adequar a Constituição federal à realidade do país, “sintonizá-la com as urgências do mundo contemporâneo e aperfeiçoá-la de acordo com os anseios dos cidadãos brasileiros”. Ele salientou que essa reforma deve se dar “a partir de uma ampla discussão, plural o suficiente para abarcar todas as correntes de pensamento” que serão representadas pelos eleitos em outubro próximo.

A Constituinte Revisora, argumentou o senador, deveria produzir as reformas fundamentais para a modernização do



Mudanças devem ocorrer a partir de discussão que abarque todas as correntes, diz senador

Estado brasileiro.

– É inconcebível dispormos dos mais avançados sistemas tecnológicos que movimentam a roda da sociedade da informação e continuarmos a trabalhar com ferramentas do passado nos campos da política, da previdência e das relações trabalhistas – comparou.

Gurgacz cobra atenção de presidentes ao Norte

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) lamentou a baixa frequência de visitas de candidatos a presidente à região Norte. Ele citou reportagem, no fim de semana, segundo a qual os três principais candidatos foram à região apenas quatro vezes, ao passo que fizeram 37 visitas a São Paulo e 22 a Minas Gerais.

– Espero realmente que isso não signifique uma desconsideração aos 10 milhões de eleitores e 25 milhões de habitantes da região – afirmou.

O senador destacou a atividade econômica da região, responsável por 5% do produto interno bruto (PIB), superando R\$ 133 bilhões. Ele acrescentou que Rondônia colabora com 12% da arrecadação regional. Além disso, as mais de 500 indústrias da Zona Franca de Manaus garantem



Acir Gurgacz considera que novo governo deve dar tratamento diferenciado à região Norte

300 mil empregos diretos e faturaram US\$ 24 bilhões no ano passado.

– A região Norte pode, deve e precisa ter um tratamento diferenciado dentro do novo governo federal – declarou, cobrando que a região não seja vista apenas com olhos preservacionistas, mas como uma área para reforçar ações que visem ao desenvolvimento sustentável.